



CARACTERIZAÇÃO DE PROPRIEDADES LEITEIRAS LIGADAS À AGRICULTURA FAMILIAR¹

CARACTERIZACIÓN DE LAS GRANJAS LECHERAS RELACIONADOS CON LA AGRICULTURA FAMILIAR

Marinaldo Divino Ribeiro RESUMO

Professor Doutor da Faculdade de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil.
Autor responsável, fone: (65) 3615-8283, e-mail: malldorr@gmail.com

Janaína Januário da Silva e Joadil Gonçalves de Abreu

Professores Doutores da Faculdade de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil.

Elisângela Clarete Camilli, Arthur Behling Neto e Kerollen Langner da Silva

Estudante de Pós-Graduação da Faculdade de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil.

A produção de leite é predominante em propriedades de base familiar no Brasil e tem contribuído para a melhoria das condições de vida do homem do campo e para a redução do êxodo rural. Desta forma, objetivou-se caracterizar um conjunto de propriedades rurais de base familiar, ligadas à atividade cooperativista. A ação foi realizada junto aos pequenos produtores de leite associados à Cooperativa dos Agricultores do Vale do Rio Cuiabá, em Jangada, Mato Grosso. Para a obtenção das informações, foram realizadas entrevistas formais com os produtores, a partir da aplicação de formulários semiestruturados, os quais foram testados previamente. Os dados coletados foram tabulados e submetidos à análise, por meio de estatística descritiva. Para os produtores, a propriedade é o espaço de produção, porém desconectado das suas interações com os seus pares. A maior parte dos produtores são donos da terra (74,19%), enquanto a minoria (25,81%) é assentada. Todas as propriedades localizam-se, no máximo, a 40 km da sede do município, sendo que a maioria possui acesso à energia elétrica e à água, área destinada à pastagem e de preservação ambiental. O rebanho é basicamente sem raça definida ou não especializada para produção de leite. Embora seja a principal fonte de renda dos produtores, a falta de conhecimento sobre a atividade tem impedido a exploração adequada nas propriedades.

Palavras-chave: Extensão rural. Produção de leite. Sistema de produção.

RESUMEN

La producción de leche es predominante en granjas familiares en Brasil y ha contribuido en gran medida para mejorar de la vida en el campo y reducir el éxodo rural. Así, el objetivo fue de caracterizar un conjunto de granjas familiares vinculadas a la actividad cooperativa. La acción se llevó a cabo con los pequeños productores de leche asociados a la Cooperativa de Agricultores do Vale do Rio Cuiabá, en Jangada, Mato Grosso. Para obtener las informaciones, entrevistas formales se llevaron a cabo con los productores, a través de la aplicación de formularios semi-estructurados y probados previamente. Los datos obtenidos fueron tabulados y analizados estadísticamente utilizando la estadística descriptiva. Para los productores, la granja es el espacio de la producción, pero desconectado de sus interacciones con sus pares. La mayoría de los productores son dueños de la tierra (74.19 %), mientras que 25,81 % son asentados. Todas las granjas se encuentran a cerca de 40 km de la ciudad, siendo que la mayoría tiene acceso a la electricidad y el agua, área utilizada para el pastoreo y la conservación del medio ambiente. El rebaño es básicamente mestizo o no especializado en la producción de leche. Aunque sea la principal fuente de ingreso de los productores, la falta de conocimiento acerca de la actividad ha impedido la mejor exploración de las granjas.

Palabras clave: Extensión. Producción de leche. Sistema de producción.

Introdução

O Brasil, país de dimensões continentais e com características climáticas peculiares às atividades agrárias, encontra na pecuária leiteira uma de suas principais alavancas do agronegócio. Além de sua contribuição para a economia nacional, a atividade leiteira possui importância social, sendo a principal fonte de subsistência e renda para muitos pequenos produtores nos diferentes rincões do país, os chamados produtores da agricultura familiar, contribuindo para a manutenção do homem no campo e para a geração de empregos como atividade primária.

A abertura do mercado nacional e a saída do governo na regulamentação dos preços do produto forçaram uma mudança do perfil da produção leiteira. Antes, a atividade leiteira contava com um grande número de pequenos produtores, raramente eficientes no desenvolvimento de sua atividade e com pouco acesso a informação e tecnologia (SOUZA, 1997). Hoje, devido à concorrência decorrente da entrada de grandes empresas no setor nacional e a exigência do mercado consumidor por produto de características qualitativas superiores, com processo de produção e transformação ecologicamente correto, a produção leiteira se concentra nas mãos de poucos grandes produtores tecnicamente mais eficientes e com maior potencial de investimento em novas tecnologias (ALVES; GOMES, 1998). Por outro lado, a atividade deixou as montanhas da região sudeste e os campos nativos da região sul para expandir suas fronteiras rumo ao planalto central, com regiões produtoras de grãos e onde o custo de oportunidade da terra e da mão de obra é reduzido, especialmente na região Centro-Oeste. Tudo isso contribui para a saída de pequenos produtores, que dependem dessa atividade para sobreviver e oferecer a sua família condição de vida melhor (GOMES, 1999).

Essa nova realidade apresenta duas faces distintas: a primeira se refere ao avanço da eficiência produtiva e ao aumento da capacidade competitiva, caracterizada pela escala de

produção e ligeira redução da estacionalidade, proporcionada pelas inovações tecnológicas resultantes do processo de modernização contemporânea e da formação de competência propiciada pelos centros de pesquisa; a segunda, e talvez a mais importante, é de ordem social, caracterizada pela migração da população rural para as cidades em busca de emprego, redução da disponibilidade de mão de obra no campo, elevação do número de contravenções urbanas e aumento da dependência das pessoas ao Estado.

Além das transformações já mencionadas, esse cenário ainda promove um fator gerador de desigualdades socioeconômicas regionais, que afetam diretamente a saúde das economias locais e/ou regionais, e favorecem a redução da capacidade dos municípios de crescerem como base do desenvolvimento socioeconômico nacional e fonte principal de prestação de serviços coletivos à população.

Certamente não é desejo comum limitar o desenvolvimento e o crescimento da pecuária leiteira, pelo contrário, é propósito impulsionar responsavelmente o aumento da fatia de sua participação na economia local, regional e nacional, no abastecimento de leite e derivados, objetivando a redução das importações, a geração de divisas e o aumento de postos de trabalho. No entanto, não se pode fugir da realidade. É preciso focalizar as transformações ocorridas nos sistemas produtivos leiteiros do pequeno, do médio e do grande produtor, conhecer a sua realidade, o instrumental técnico e de infraestrutura produtivos empregados, as perspectivas de sua atividade como elo integrante e propulsor do desenvolvimento rural do país e o atendimento de sua satisfação pessoal enquanto agente provedor de recursos à família (GOMES, 1999).

A existência dos agricultores familiares está diretamente relacionada à preservação do patrimônio histórico e cultural do interior do Brasil. As estatísticas mais recentes mostram que o País conta com 4,8 milhões de estabelecimentos rurais, destes, 85% podem ser considerados de produção familiar e geram cerca de 14 milhões de empregos no meio rural (ZOCCAL et al., 2004).

Ainda segundo Zoccal et al. (2004), este segmento tem um papel crucial na economia das pequenas cidades, pois 4.928 municípios têm menos de 50 mil habitantes. Desses, mais de quatro mil têm menos de 20 mil habitantes. Esses produtores e seus familiares são responsáveis por inúmeros empregos no comércio e nos serviços prestados nas pequenas cidades. A melhoria de renda deste segmento, por meio de sua maior inserção no mercado, tem impacto importante no interior do país e, por consequência, nas grandes cidades.

O perfil da agricultura familiar é essencialmente distributivo e seus sistemas produtivos, aliados à maleabilidade de seu processo decisório, trazem imensas vantagens comparativas sob o prisma ambiental. Por isso, os benefícios de uma estratégia de desenvolvimento rural que dê prioridade à promoção dessa classe de produtor ou agricultor são importantíssimos.

A agricultura familiar reúne aspectos importantes: a família, o trabalho, a produção e as tradições culturais; portanto, pode ser considerada como aquela que, ao mesmo tempo em que é proprietária, assume os trabalhos no estabelecimento. Essa classificação é independente da área disponível para cada produtor, da renda obtida na atividade, do nível tecnológico praticado ou mesmo do destino que a produção recebe.

Entre os agricultores familiares, a pecuária de leite é uma das principais atividades desenvolvidas, estando presente em 36% dos estabelecimentos classificados como de economia familiar, além de responderem por 52% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) total, oriundos do leite (ZOCCAL et al., 2004). As propriedades de agricultura familiar da região Sul e do Centro-Oeste são as que mais trabalham com a pecuária leiteira, estando o leite presente

em 61% dos estabelecimentos das duas regiões. Na região Sudeste, aproximadamente 44% das propriedades trabalham com leite, enquanto nas regiões Norte e Nordeste esse valor é menor, com 24% quando comparado com outras regiões brasileiras. No Estado de Mato Grosso, a principal atividade desenvolvida pela agricultura familiar ainda está ligada a pecuária, com maior destaque para a produção de leite.

Nesse contexto, objetivou-se identificar as principais características das propriedades leiteiras pertencentes à agricultura familiar localizadas no município de Jangada, cujos produtores eram associados à Cooperativa dos Agricultores do Vale do Rio Cuiabá (COOPERBURITI).

Material e Métodos

A pesquisa, integrada à ação extensionista, foi realizada junto aos pequenos produtores de leite pertencentes à agricultura familiar e associados à Cooperativa dos Agricultores do Vale do Rio Cuiabá (COOPERBURITI), localizada no município de Jangada, Mato Grosso. O município de Jangada possui 1.136 km² de território e se localiza nas coordenadas geográficas: latitude 15°14'08" Sul e longitude 56°29'21" Oeste. A sede do município fica às margens da BR – 163, a 72 km da capital Cuiabá, limitando-se ao sul com a mesma, e ao norte com o município de Rosário Oeste. O clima da região é tropical quente e subúmido, com 5 meses de seca (maio a setembro). A precipitação pluviométrica anual é de 1.750 mm, com intensidade máxima de dezembro a fevereiro, e a temperatura média é de 24°C.

A pesquisa foi constituída por duas etapas: a) a primeira, foi caracterizada pela avaliação da realidade *in locu*, por meio de visita a região da Cooperburiti, para avaliar o contexto de sua inserção, sua responsabilidade social, suas atividades e conhecer as perspectivas de cooperação com entidades promotoras da transferência de tecnologias apropriadas; b) a segunda, foi constituída pelas entrevistas formais com os produtores, a partir da aplicação de formulário semiestruturado e testado previamente.

O formulário semiestruturado foi elaborado com questões abertas e fechadas, de tal forma a permitir a identificação e tipificação das propriedades quanto às características que as potencializam para produção de leite e o grau de percepção que o produtor possui em relação ao uso do espaço geográfico que a atividade ocupa.

Os entrevistadores foram os bolsistas efetivos e voluntários, supervisionados pela equipe de professores membros da equipe do projeto. Antes da realização das entrevistas foram feitos treinamentos dos entrevistadores quanto ao comportamento, a abordagem ao produtor, a interação com o produtor, a linguagem de construção do diálogo no que se refere às questões contidas no formulário e de vestimenta.

Foram feitas 45 entrevistas, o que representa o universo dos associados à Cooperburiti. As entrevistas foram feitas de forma individualizadas, em ambiente tranquilo e sem interferências que pudessem levar o produtor a não apresentar sua resposta com fidelidade à questão em foco a ele apresentada.

Os dados coletados foram tabulados e submetidos à análise por meio da estatística descritiva.

Resultados e Discussão

O sentido da ocupação do espaço pelos produtores

O sentido de pertencimento ao espaço geográfico onde estão inseridos é predominante entre os produtores e seus familiares, entretanto sua atividade produtiva não é vista como parte integrante de um local composto por uma ecologia, uma determinada disponibilidade de recursos naturais, uma capacidade potencial de uso, que a terra precisa de cuidados e que está inserida em um contexto de mercado. Percebe-se que para os produtores, o espaço, isto é, a propriedade é tão somente o território, o local de moradia e de exploração da atividade praticada e este entendimento decorre fundamentalmente da herança cultural ou da falta de perspectivas para mudança de sua realidade. Entretanto, ao analisarmos com a devida amplitude os fatores que compõem o espaço produtivo, essa dimensão da percepção exclui o próprio produtor do cenário e as relações humanas que ele e sua família estabelecem com outros produtores da circunscrição geográfica a que estão inseridos.

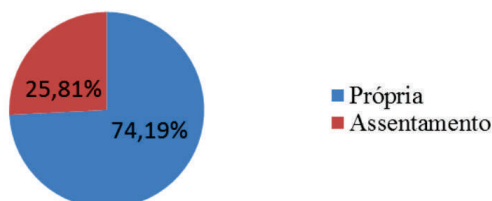
Segundo Claude Raffestin (1993) o “[...] espaço precede ao território [...]” e Visú (2014) menciona que “[...] a produção como interação homem-natureza dá sentido ao espaço e possibilita a construção do sentido social de ocupação [...]”. Por esse princípio, torna-se evidente e necessária a intervenção extensionista para inverter a lógica de pensamento e de atitudes dos produtores no que se refere à sua atividade produtiva e sua interação enquanto homem que depende de uma atividade econômica para sobreviver no espaço em que está inserido.

Caracterização das propriedades

A posse da terra

Nota-se que do universo de produtores, 74,19% possuem terra própria, sendo que os 25,81% restantes são assentados (Figura 1). Isto é um fator positivo, pois torna mais fácil a tomada de decisão, permitindo a implementação de mudanças de comportamentos e atitudes, e a aplicação de novas tecnologias sem a necessidade da permissão de terceiros. Da mesma forma, os recursos disponíveis podem ser canalizados para investimentos, melhoria da atividade produtiva e conservação do espaço territorial ocupado. Por outro lado, o contingente de produtores que são assentados ainda depende de regularização da titularidade da propriedade e estão mais suscetíveis à saída da propriedade em decorrência de fatores econômicos, sociais e de propósitos com o uso do espaço. Essa situação gera dificuldades de acesso às mudanças de atitude e de permanência na atividade produtiva.

Figura 1:
Posse da terra.
Fonte: Elaboração própria.



Distância da propriedade em relação a cidade mais próxima

Com relação a localização das propriedades, 37,50% encontram-se a aproximadamente 40 quilômetros de distância da cidade mais próxima; 18,75% a 35 quilômetros; 37,50% encontram-se a cerca de 30 quilômetros e os 6,25% restantes encontram-se a, aproximadamente, 15 quilômetros (Figura 2). Embora as distâncias à cidade mais próxima não sejam altas, o acesso a elas é bastante precário, pois é feito por meio de estradas de terra, o que dificulta o acesso às propriedades e, conseqüentemente, o escoamento da produção. Essa constatação, segundo os produtores, é mais evidente no período de chuvas, pois a capacidade de tráfego se torna mais limitada. Tal fato pode gerar perdas da produção de leite, já que é um produto perecível e de fácil deterioração quando armazenado ou transportado de forma incorreta, ou transportado por longo período de tempo sem os devidos cuidados.

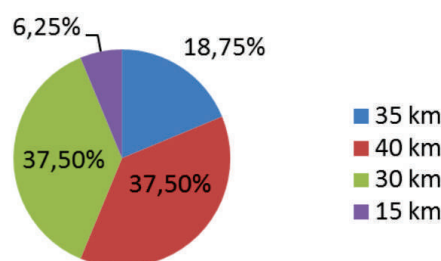


Figura 2:
Distância da cidade mais próxima.
Fonte: Elaboração própria.

Meio de transporte utilizado

Menos da metade dos entrevistados (45,95%) utilizam o automóvel para locomoção. Isso denota o expressivo índice de produtores dependentes de outros meios de transporte (35,14%) para ter acesso a bens e serviços, insumos agropecuários, alimentos e regularização das demandas territoriais e produtivas no decorrer do tempo. Percebe-se também que os produtores cujas propriedades estão localizadas mais próximas das cidades fazem uso da bicicleta (16,22%) para se deslocar à cidade (Figura 3).

Independentemente do meio de transporte da zona rural para a urbana, o que sobressai é a dificuldade de transportar a família à cidade ou às atividades sociais em outras localidades e a produção para os mercados consumidores. Ademais, quando o produto final da atividade laboral não é o leite em si, mas sim os seus derivados, como o queijo e o doce de leite, o meio de escoamento da produção se torna mais inapropriado do ponto de vista de conservação e tempo ideal de transporte.

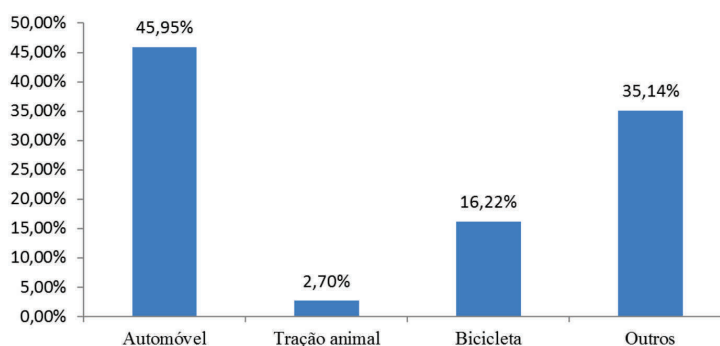
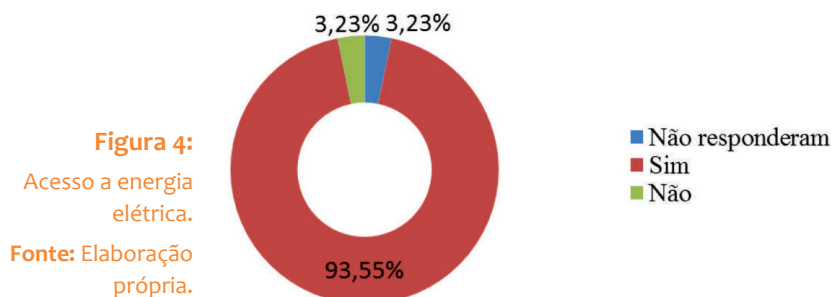


Figura 3:
Meio de transporte utilizado.
Fonte: Elaboração própria.

Acesso e origem da energia elétrica

A energia elétrica é um serviço disponível em quase 94% das propriedades (Figura 4), e 93,55% desta energia chega às propriedades por meio de rede de concessionárias de energia. As outras fontes de energia, como geradores, somam somente pouco menos de 6%. Ressalta-se, conforme relato dos produtores, que suas propriedades só possuem energia graças aos projetos de governos, principalmente o federal, para disponibilizar energia elétrica aos produtores rurais.

Independentemente da função política de projetos, como esse de beneficiamento dos produtores com energia elétrica, a disponibilidade de energia nas propriedades trazem consigo mais condições de conforto ao produtor e suas famílias, maior possibilidade de conservação dos alimentos consumidos pelo produtor e os integrantes de seu clã e, fundamentalmente, a possibilidade de adoção de tecnologias produtivas que buscam tornar mais eficiente a sua atividade produtiva, como o uso de ordenhadeira mecânica e de tanques de expansão.



Acesso, origem e qualidade da água

Todos os produtores têm acesso à água. Dentre as principais fontes de água sobressaem os poços (43,38%), açudes e rios (15,22%), córregos (10,87%) e cisternas (6,52%). Todas essas fontes, que antes eram perenes, nos dias de hoje devem ser tratadas como exoráveis, requerendo ações de manejo de uso e de preservação, com sua adição como tecnologia produtiva aos sistemas de produção de leite.

No que se refere à qualidade da água consumida nas propriedades, 83,87% consomem água doce; 9,68% salobra; 3,23% água salgada e 3,23% não responderam (Figura 5). A boa quantidade de fontes e qualidade da água predominante nas propriedades, as coloca em situação confortável quanto ao atendimento das exigências para a produção de leite, especialmente no seu uso para o consumo, quer seja animal ou humano, e para a higiene e limpeza de instalações e equipamentos de ordenha. Todavia, essas condições privilegiadas das propriedades em análise devem ser muito cuidadosas para evitar que os produtores tornem-se inertes diante da exigência de tomadas de medidas de redução do consumo de água por litro de leite produzido, e de preservação das fontes, no que se refere a sua capacidade produtiva de água e contaminação dos lençóis com resíduos de insumos agropecuários.

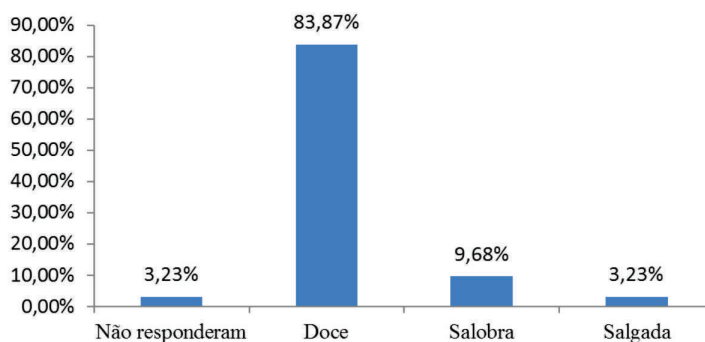


Figura 5:
Qualidade da água.
Fonte: Elaboração própria.

Fase do ciclo produtivo praticada na propriedade

Chama a atenção o contingente de produtores que desenvolvem a atividade de produção de leite, mas que não responderam qual a fase do ciclo produtivo praticada em suas propriedades (32,26%). Essa observação revela o desconhecimento dos produtores sobre a própria atividade explorada e este é um dos principais motivos pelos baixos índices produtivos observados no Brasil, onde a média de produção anual por vaca é inferior a 5 litros por dia (IBGE, 2014). Dentre as demais propriedades se tem que: 25,81% trabalham apenas com cria de animais; 6,45% com recria; 3,23% com animais em produção (Figura 6). Somadas as criações de fases individuais, 35,49% dos produtores trabalham com uma categoria de animal exclusivamente, enquanto os demais com mais de uma categoria.

Composição do rebanho predominante nas propriedades

Em relação à média do número de animais por categoria nas propriedades, observa-se que: 18,42% são reprodutores; 34,21% são fêmeas com até 3 anos; 18,41% são machos de até 3 anos; 23,68% são vacas em lactação e 5,26% são vacas falhadas (Figura 7). Ao analisar-se a composição de rebanho das propriedades, encontra-se uma situação que coloca a assertiva dos produtores buscarem compor seu rebanho de forma correta, ainda que empiricamente, com o conhecimento sobre os índices produtivos recomendados para a eficiência técnica e econômica da produção de leite. Um dos índices que se pode extrair é a relação macho:fêmea, que é maior que a recomendada (1:25). Por outro lado, a quantidade de vacas falhadas corresponde a 18% das vacas, percentual inferior ao máximo permitido (25%) para se levar o sistema de produção à viabilidade técnica.

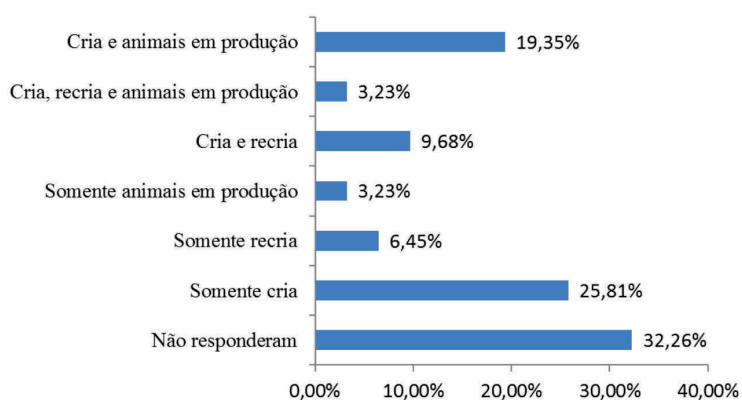
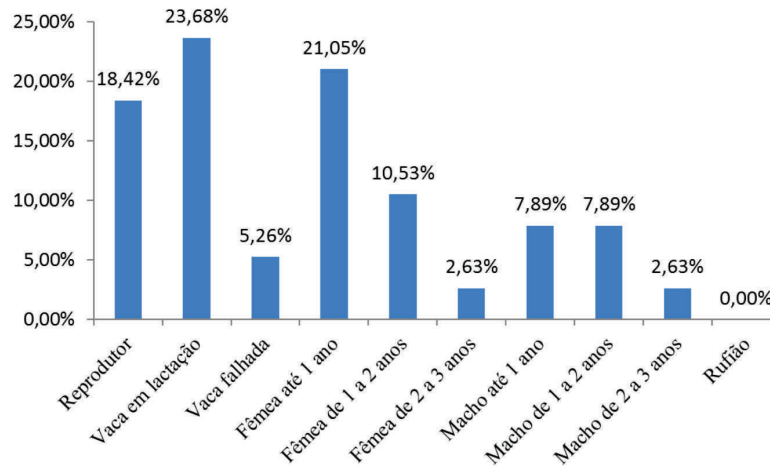


Figura 6:
Categorias de animais na propriedade.
Fonte: Elaboração própria.

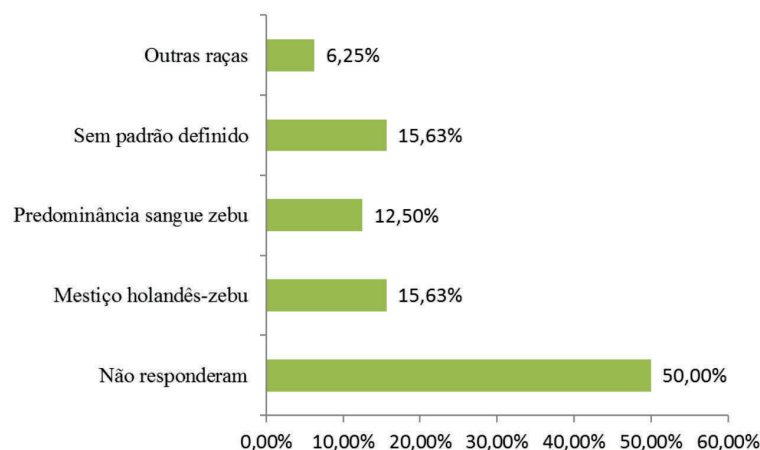
**Figura 7:**

Animais por categoria.

Fonte: Elaboração própria.

Composição racial do rebanho das propriedades

Outra informação que revela o desconhecimento da atividade leiteira, especialmente no que se refere à implementação de programa de melhoramento genético do rebanho, é o percentual de produtores que não souberam ou não quiseram responder o tipo de composição genética dos seus reprodutores (56,25%). Por outro lado, 15,63% dos produtores disseram que seus reprodutores não possuem padrão racial definido; 12,50% possuem animais mestiços de holandês-zebu; 9,38% com predominância de zebu e 6,25% de outras raças. Já com relação às vacas, a proporção é próxima à realidade dos reprodutores observada (Figura 8).

**Figura 8:**

Composição racial das vacas em produção de leite.

Fonte: Elaboração própria.

A composição do rebanho sem raça definida ou o emprego de animais não especializados para a produção de leite gera ineficiência do sistema de produção e constitui-se em um dos fatores de exclusão de pequenos produtores da cadeia produtiva, o que tem influenciado, marcadamente, a manifestação do êxodo rural.

Uso da terra com pastagem e reserva ambiental

Entre as propriedades, 25% destinam menos de 5 hectares (há) à pastagem; 25% de 5 a 20 há; 25% de 21 a 50 há; 12,50% acima de 50 há e os demais 12,50% não responderam (Figura 9).

Em se tratando da área destinada a reserva ambiental, observa-se que: 6,25% dos produtores destinam menos que 5 há; 31,25% de 5 a 15 há; 25% mais que 15 há; e os demais 37,50% restantes não responderam (Figura 10).

A forma de uso da terra observada, com relação à pastagem e à preservação ambiental, revelam significados divergentes: o primeiro se refere ao uso e ocupação do solo propriamente dito, com parte da área da propriedade destinada à produção de pasto para alimentar o rebanho, mas não há como identificar o grau de extensão de uso e de degradação que as pastagens se encontram; o segundo é que todos também possuem alguma área de preservação ambiental. Pode-se concluir, portanto, que os produtores, sejam por intuição ou exigência legal, tem conciliado a atividade produtiva, seja ela somente explorativa ou não, com a preservação de áreas destinadas à conservação da fauna e flora nativas.

A propriedade é o espaço onde os produtores estabelecem a sua relação homem-natureza e dela obtém seu sustento, além de estabelecer suas relações sociais e conferir sentido à sua própria existência. Assim, percebe-se que as propriedades analisadas possuem os fatores de produção em determinado grau de (des)uso, como posse da terra, acesso aos centros consumidores dos potenciais produtos gerados por sua atividade, energia elétrica, disponibilidade de água de boa qualidade, animais em condições de produção e área de terra disponível para pastagem. Segundo Klauck (2009), essas condições, aliadas a disponibilidade de recursos por meio de políticas públicas de crédito subsidiados para que os produtores possam ter acesso a recursos de investimento em seus sistemas produtivos, são preponderantes para a continuidade da atividade de produção de leite. Em um entendimento mais amplo, a essas condições, deve-se acrescentar a intervenção extensionista, por meio da capacitação técnica dos produtores, manutenção da assistência técnica, estabelecimento de atividades de valorização do produtor e seus familiares e de inversão do sentido de pertencimento para o entendimento de que ele, o produtor, é um elemento do todo do espaço ocupado em uma determinada região, sob pena de serem eliminados pelas forças externas de competição (SOUZA e WAQUIL, 2008).

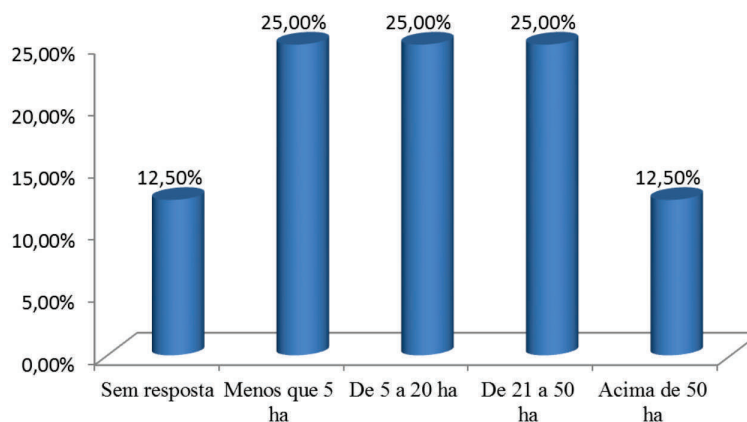


Figura 9:
Área destinada à pastagem.
Fonte: Elaboração própria.

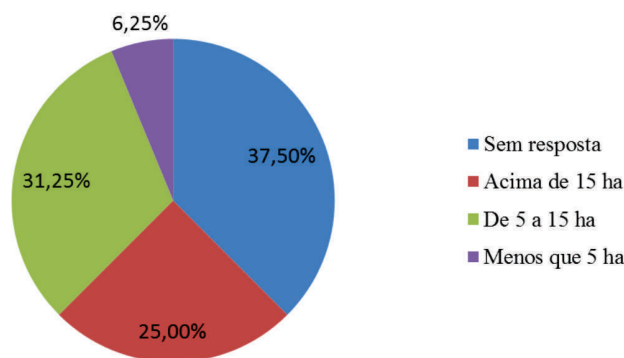


Figura 10:
Área de reserva florestal.
Fonte: Elaboração própria.

Para além das condições mínimas de produção, outro aspecto importante que se observa no contexto das propriedades analisadas é a atitude cooperativista dos pequenos produtores. Segundo Souza e Waquil (2008), o sistema cooperativo desfruta de uma série de características, que são intrínsecas a essa forma de organização, e que se bem exploradas, são potenciais fontes de competitividade para essas organizações e seus associados. São características que dizem respeito a aspectos sociais, econômicos e culturais próprios às cooperativas. As cooperativas são empresas privadas, mas são compostas e dirigidas por uma associação de usuários que se reúnem em igualdade de direitos. Elas têm por objetivo a melhoria da qualidade de vida do associado. No meio rural, isso implica no aumento da renda de seus cooperados, por meio da valorização da produção coletiva, muitas vezes avançando para industrialização de seus produtos ou para o mercado externo, e ainda reduzindo custos de produção, gerando, dessa forma, economias de escala.

Percebe-se, portanto, que as propriedades em tela estão inseridas em um cenário com diversos fatores de facilitação da exploração adequada da atividade leiteira. Por outro lado, essas facilidades, nos dias de hoje, são compreendidas pelos produtores como dificuldades limitantes ao desenvolvimento do seu meio de geração de economia ativa e entendida de forma dissociada da tomada de atitude, como princípio intrínseco de cada indivíduo para forjar o coletivo, tendo como consequência a formação de um arranjo produtivo local capaz de gerar renda, emprego, permanência no campo e desenvolvimento local. Conforme o entendimento dos produtores, para haver mudança da realidade observada, é necessário à intervenção externa. Este posicionamento torna os produtores sujeitos oculto da atividade produtiva e delega às forças externas, quase que exclusivamente, a responsabilidade para tornar a produção de leite uma atividade econômica viável, capaz de gerar proventos e desenvolvimento.

Certamente, as forças externas não devem ser excluídas da atividade produtiva, posto que são fundamentais para o processo de qualificação dos produtores, por meio de aquisição e aplicação de novas tecnologias, e estimulando os diferentes tipos de produtores a interagirem como sujeitos ativos da economia local. Entretanto, é o produtor que deve ter a decisão e a atitude da ação de produção de leite, inserida no contexto do espaço onde possui a propriedade, sendo a ação extensionista ou de assistência técnica somente um elemento auxiliar de propulsão dessa inversão de posição e atitude.

Considerações finais

No contexto analisado, denota-se que as propriedades possuem características que as colocam em condições de desenvolver a atividade produtiva de leite. Entretanto, faz-se necessária a disponibilização de meios de aquisição de conhecimentos pelos produtores, de acompanhamento da atividade produtiva praticada, de destinação de seus produtos, de construção do sentido de pertencimento amplo ao espaço onde as propriedades se localizam e de valorização dos produtores e de sua família.

Nessa perspectiva, pode-se projetar um cenário de atividade econômica efetiva, a partir da inversão da condição de sujeitos oculto e passivo para ativo e com atitude de produtores.

Referências

- ALVES, E.; GOMES, A. P. Medidas de eficiência na produção de leite. **Revista Brasileira de Economia**, v.52, n.1, p.145-167. 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Base de dados do censo pecuário. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/13/feira-leite.html>>. Acesso em 08 abr. 2014.
- GOMES, A. P. **Impactos das transformações da produção de leite no número de produtores e requerimentos de mão-de-obra e capital**. Viçosa, MG: UFV, 1999. 161p. Tese (Doutorado em Economia Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 1999.
- KLAUCK, J. B. Bovinocultura leiteira no desenvolvimento sustentável. p.1-16, 2009. Disponível em: <http://redcidir.org/multimedia/pdf/trabajos_seleccionados/Seleccionados-II-Simposio/Economia_Local_y_Desarrollo_Sustentable/BLnoDS.pdf>. Acesso em 07 abr. 2014.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993. 269p.
- SOUZA, P. S.; WAQUIL, P. D. A viabilidade da agricultura familiar produtora de leite: o caso do sistema Coorlac (RS). In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e sociologia Rural. 2008. Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: Sober, 2008, 475p.
- SOUZA, R. S. Sistemas de produção de leite: um estudo de caso sobre estrutura, tecnologia, resultados e fatores de diferenciação. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.35, n.3, p.83-101.1997.
- VISÚ, G. C. Cadeia produtiva leiteira como agente de dinamização do desenvolvimento territorial: o caso da terceira feira do leite de Iguatemi (MS). Disponível em <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/13/feira-leite.html>>. Acesso em 08 abr. 2014.
- ZOCAL, R. ; SOUZA, A. D. ; GOMES, A. T. . Produção de leite na agricultura familiar. In: MARTINS, C.E.; CÓSER, A.C.; SOUZA, A.D.; FRANCO, P.R.V.; MAGALHÃES, F.A.R.; LEMOS, A.M.; BERNARDO, W.F.. (Org.). **Tecnologias alternativas para a produção do leite e derivados em bases sustentáveis**. 1 ed. Juiz de Fora, MG: Embrapa Gado de Leite, 2004, v. 1, p. 19-34.

Notas

- [1] Projeto desenvolvido com o apoio logístico da Universidade Federal de Mato Grosso e em parceria com a Cooperativa dos Agricultores do Vale do Rio Cuiabá (COOPERBURITI).